

A FORMAÇÃO DE ESCRITORES INDÍGENAS E A QUESTÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA LÍNGUA TERENA

Onilda Sanches Nincao¹

Eu acho que quando se trata de questão de educação escolar tem que ser palavra chique.
(MARIA DE LOURDES ELÍAS)²

Resumo: Este texto tem como objetivo discutir questões de variação linguística na língua Terena a partir de um texto produzido por professores indígenas das aldeias Passarinho e Cachoeirinha, pertencentes ao município de Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul no pantanal sul-mato-grossense. Trata-se de um texto produzido durante uma oficina de produção de textos em língua Terena realizada em outubro de 2005. Entre outras questões que se apresentaram durante a elaboração e discussão do texto Kóho Yoko Hovôvo (O Tuiuiu e o Sapo), destaque neste texto a discussão entre os professores, autores do texto, sobre a viabilidade de seu uso na escola. Os resultados mostraram que a questão da variação linguística presente entre as diversas áreas Terena se constitui em uma área de tensão por não haver uma padronização da língua.

Palavras-chave: Língua Terena. Variação. Professor indígena. Produção de texto.

¹Doutora em Linguística Aplicada (UNICAMP). Docente - UFMS/Campus de Aquidauana. E-mail: onilda.sanches@ufms.br

² Professora indígena Terena da Aldeia Cachoeirinha. Miranda/MS.

Revista Língua & Literatura	Frederico Westphalen	v. 14	n. 23	p. 77 - 96	Dez. 2012. Recebido em: 30 out. 2012. Aprovado em: 26 nov. 2012.
-----------------------------	----------------------	-------	-------	------------	--

Introdução

O objetivo deste texto é discutir a questão da variação linguística na língua Terena a partir de dados oriundos de uma pesquisa de doutorado (NINCAO, 2008) cujo objetivo geral foi refletir sobre o processo de produção de textos em língua indígena, por parte de professores Terena do município de Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul. Motivados pela ausência de textos escritos em sua língua tradicional que pudessem vir a compor materiais didáticos de apoio para o desenvolvimento de atividades de pós-alfabetização em suas escolas, esse grupo de professores se propôs a elaborar, coletivamente, textos em Terena durante oficinas realizadas como parte de sua formação continuada. As oficinas contaram, inicialmente, além da pesquisadora, com dezesseis professores Terena, pertencentes a aldeias dos Postos Indígenas Cachoeirinha e Pilad Rebuá (Aldeia Passarinho), do município de Miranda, localizado no pantanal sul-mato-grossense. Dentre os participantes, treze professores eram egressos do Curso Normal Superior Indígena, doravante CNSI, (um deles não terminou o curso) e três eram professores leigos. Dos treze egressos do CNSI, apenas oito são falantes fluentes da língua Terena (Aldeia Cachoeirinha): os demais são monolíngues em Língua Portuguesa (Aldeia Passarinho). Todos os professores leigos dominam a língua tradicional de suas comunidades.

Tendo escolhido o tema da primeira narrativa a ser produzida, os professores Terena preferiram, surpreendentemente, primeiro escrevê-la em português (“O Tuiuiú e o Sapo”) para, depois, traduzi-la para a língua indígena (“Kóho Yoko Hovôvo”). A produção dos dois textos sobre o mesmo tema apontou para uma política própria dos Terena com relação ao letramento em que as línguas não estão compartimentalizadas, mas sim relacionadas, em interação, o que evidenciou o bilinguismo como um procedimento cultural Terena que encontra justificativa nas construções identitárias desse povo ao longo da história - aprender a língua do outro sempre foi uma de suas estratégias políticas (LADEIRA, 2001). A partir da elaboração do texto (Kóho Yoko Hovôvo) nas duas línguas (Português e Terena), foram realizadas várias reflexões pelos professores Terena, participantes da pesqui-

sa, sobre seu processo de construção: discussões sobre questões ideológicas e culturais a respeito da temática, assim como discussões sobre questões linguísticas, entre elas, a variação linguística na língua Terena. As discussões sobre esse tema iniciaram-se a partir da reflexão feita pelos professores quanto ao uso do texto “Kóho Yoko Hovôvo” na escola. A seguir são apresentadas tais discussões.

O debate sobre a variação linguística

O debate sobre a questão da variação linguística na língua Terena e suas implicações para a escolarização ficou polarizada entre dois posicionamentos: o de caráter essencialmente linguístico e o de caráter político.

No excerto abaixo, o Prof. Celinho introduz a questão da variação e a língua Terena utilizada no texto “Kóho Yoko Hovôvo”.

Excerto 01

Celinho: ...porque hoje, os Terena têm as suas GÍRIAS também

e nesse texto tivemos essa preocupação de colocar as palavras pensando assim numa linguagem que talvez pudesse ser trabalhada na escola.

Oficina, 05/11/05.

Como resposta à minha pergunta, feita logo a seguir, se o texto estava escrito na língua mais padrão ou popular, o Prof. Celinho afirmou: Eu acho que está no popular. A discussão, iniciada a partir daí, apontou para uma visível polarização entre a professora Maria de Lourdes, defendendo o ponto de vista linguístico, e o Prof. Genésio, o ponto de vista social e político, como se pode ver nos excertos a seguir:

Excerto 02

M. Lourdes: No meu pensamento, eu acho que, tratando de questão de aprendizagem, **tem que ser linguagem PADRÃO.**

Autor: Na escola?

M. Lourdes - Na escola, pra gente estar construindo realmente como deve ser, até mesmo pra estar produzindo material didático, tem que começar na escola já o texto simples, mas padronizando as palavras sem ser popular. **Não é Genésio?**

Oficina, 05/11/05

A resposta do Prof. Genésio é extremamente cuidadosa por ser um assunto contencioso, como já apresentado em Nincao (2003). Ao longo de sua fala, diplomaticamente, encaminha a discussão para a questão política.

Excerto 03

Genésio: Essa questão da língua, a escolha do como tem que ser na escola, eu acho que tem que ser considerada agora, **porque sempre eu penso na construção, em PROCESSO, nós estamos em processo de construção da política linguística do povo.** E essa política, que está sendo trabalhada agora, começa pelos professores indígenas. E eu creio que está presente essa questão, a preocupação do padrão. **Mas é... no momento** como estamos, temos que pensar o processo, a etapa dessa construção, eu creio que já deve caminhar junto essa preocupação do padrão, mas ainda na etapa inicial da nossa discussão sobre a política linguística do povo Terena, que hoje todo mundo está envolvido, **a gente vê que toda a comunidade tem a sua forma de falar DIFERENTE uma da outra, Bananal, Cachoeirinha,** mas eu acho que não está errado já ficar pensando em padrão.

Oficina, 05/11/05.

A formação de escritores indígenas e a questão da variação linguística na língua Terena

81

No excerto abaixo, fica explicitado que os dois professores têm posicionamentos diferentes sobre essa questão:

Excerto 04

Autor:

O Sr. acha que já pode pensar em padrão..

Genésio: Sim, nesse momento, por enquanto nós estamos num PROCESSO. **Autor:** Mas por enquanto deixar o popular não é problemático.

Genésio: Não há problema. **Mas a construção de um padrão é a PREOCUPAÇÃO da Prof.**

Lourdes.

M.Lourdes: É.

Oficina, 05/11/05.

A fim de despolarizar a discussão, chamei os outros pro-

fessores; entre eles, a Prof³. Luzinete afirmou: Eu trabalho oralmente porque eu trabalho pra primeira série, mas eu acho que seria viável a gente manter o padrão.

No excerto a seguir, referindo-se ao texto “Kohó Yoko Hovôvo”, o Professor

Genésio, sem meias palavras mais, afirmou:

Excerto 05

Genésio: É natural que vai ter CRITICA. Todo mundo critica devido a essa não existência do padrão. Não existindo padrão, essa forma de falar vai receber crítica de outros Terena que discutem achando que já tem o padrão.

Autor: Qual é o padrão?

Genésio: Padrão é uma forma, é a estrutura correta, a colocação, a maneira de falar. A gente percebe que tem muitos Terena que brigam porque “esse aqui está errado”, “não sei o que lá”, “não é o padrão”, mas a gente pergunta qual é o PADRÃO? Não tem padrão. Eu defendo que ainda não existe padrão. Agora existem as diferenças. Quando eu falo do padrão, eu estou querendo dizer sobre a construção organizada de gramática, coisa assim.

Oficina, 05/11/05.

Como se vê, o Prof. Genésio demonstra compreender o problema da variação linguística e faz uma análise correta com relação à não existência de um padrão para o uso social da escrita da língua Terena: *mas a gente pergunta qual é o padrão? Não tem padrão. Eu defendo que ainda não existe padrão. Agora existem as diferenças.* E tem clareza de que ela (a variação) é fonte de conflito: ***A gente percebe que tem muitos Terena que brigam porque “esse aqui está errado”, “não sei o que lá”, “não é o padrão”.***

O que diz a teoria...

A diversificação é parte intrínseca do estatuto de uma língua no interior de uma sociedade (RAJAGOPALAN, 1998; BAGNO, 2007, entre outros) e a constituição de uma norma-padrão só pode ser determinada social e politicamente (BRAGGIO, 2000; CALVET, 2002; BEREMBLUM, 2003; BAGNO, 2007). Esse processo leva à escolha de uma variedade dialetal que pode ser determinada por algum fator externo à língua, fator esse normalmente de ordem político-social e ideológica, podendo ser fonte de conflito ou resultado de um consenso em uma determinada comunidade linguística.

Com relação a esse tema, Cavalcanti também afirma ser conflituoso o processo de escolha de uma ortografia ou de uma variante:

Além do mais, os professores índios apenas recentemente estão se familiarizando com a versão escrita de suas línguas nativas. De fato de ser recente deriva uma relação de cuidado e fascinação com o novo, por um lado, e de conflito por outro, com a língua escrita que, às vezes, esbarra na escolha da ortografia a ser utilizada quando há mais de uma versão para a descrição da língua e essas versões representam variantes - sem o fator prestígio estabelecido - da língua em questão. (CAVALCANTI, 2001, p. 109-110).

Esse problema foi abordado em Nincao (2003), quando discuti o ensino da língua Terena nas aldeias de Aquidauana e mostrei a existência de um conflito sociolinguístico entre Cachoeirinha (Miranda) e Bananal (Aquidauana). Um membro da elite Terena, da região de Aquidauana, contestou a validade das cartilhas em língua Terena dizendo que os informantes escolhidos no trabalho de descrição linguística não foram “os melhores informantes”³ e disse: *Essa não é a nossa língua* (vide NINCAO, 2003, p. 86). Conforme Bagno (2007, p. 89), “quem está no poder vai querer impor o seu modo de falar a todo o resto da população”.

No excerto anterior (05), dois conceitos estão presentes no depoimento do Prof. Genésio: o de *padrão* e o de *normalização*. Por padrão, ele entende ser “uma forma, é a estrutura correta, a colocação, a maneira de falar”. Conforme Bagno (2007, p. 38), “norma-padrão” é um “produto cultural, modelo artificial de lín-

³ Os informantes eram da Aldeia Cachoeirinha.

gua criado justamente para tentar “neutralizar” os efeitos da variação, para servir de padrão para os comportamentos linguísticos considerados adequados, corretos e convenientes”. O conceito de normalização aparece em sua fala, quando explica: *quando eu falo do padrão, eu estou querendo dizer sobre a construção organizada de gramática coisa assim*. Conforme mostram vários autores (MORI, 1993, 1997, p. 30, 2001; MONSERRAT, 2001/2006; HORNBERGER, 2003), para a implementação da escrita em LI, é necessária sua normalização que vem acompanhada da produção de dicionários, gramáticas, cartilhas, etc.

Ao discutir a relação entre dialeto, língua e nação, Haugen (2001, p. 105) pergunta: “Como um vernáculo, uma “língua não desenvolvida”, se desenvolve num padrão, numa “língua desenvolvida”? Entre outros argumentos, o autor afirma que uma exigência significativa e crucial é que ela seja escrita (Ibid., p. 107). Mas isso exige uma codificação que para o autor “pode ser definida como „ *variação mínima na forma*, e a elaboração como *variação máxima na função*” (grifos do autor), mas alerta que essas são metas ideais (Ibid., p. 110). Essa ideia aponta para a construção de uma língua homogeneizada, o que aponta, portanto, para um novo processo de homogeneização das línguas indígenas, não mais resultante da ação catequética, mas por outros agentes, principalmente por educadores e pesquisadores que, ao introduzir sistemas e práticas de escrita das/nas línguas indígenas, têm levado à criação de línguas indígenas padronizadas com status de língua nacional de um povo, situação análoga à formação dos Estados na Europa, durante a Idade Moderna, conforme discutem Decrosse (1989) e Beremblum (2003).

Essa é uma questão complexa porque a diversificação não é facilmente operacionalizada na escrita. César e Cavalcanti trazem para o cenário da diversidade linguística a necessidade de:

Deslocarmos essa concepção teórica de língua reificadora, que repercute, de maneira tão contraditória, nas concepções dos grupos com que trabalhamos; se professores e teóricos procurarem sob o manto da “língua” a multiplicidade e complexidade lingüística e cultural natural em qualquer comunidade ou sujeito falante, ao invés de procurar a “unidade” na diversidade; se encararmos realmente o múltiplo, as “misturas”, as diferenças, ao invés de buscar as semelhanças estruturais

para justificar uma pretensa “unidade sistemática da língua” ou mesmo um sistema que incorpore a variabilidade; se entendermos como multilingüismo o que chamamos de variação dialetal, seria mais fácil compreender e trabalhar com a pluralidade cultural dos usuários das escolas brasileiras. Seria mais fácil perceber, como nos diz Latour (1997), os inúmeros híbridos gerados pelo estatuto da nossa constituição moderna, dos quais não escapam nem os nossos povos indígenas, por mais isolados e à margem que estejam. (CÉSAR, CAVALCANTI, 2007, p. 61-62).

Fishman (1996, p. 2) alerta para o fato de que a “perda de um dialeto representa tanto a perda de autenticidade quanto a perda de uma língua”, já que “os dialetos eram diferentes porque havia também outras diferenças” como costumes, explica o autor, que também acabam sendo perdidos. Ainda do ponto de vista identitário, conforme discute Maher (2006, p. 172) “pequenas diferenças dialetais podem ser simbólicas de fronteiras identificatórias importantes para um subgrupo: variedades de uma mesma língua são, afinal, diferenças que comunicam diferenças”. A esse respeito, Mori (1997) propõe a utilização de uma escrita polilectal, “isto é, uma escrita que seja comum para todos os dialetos, tanto sociais como regionais” (MORI, 1997, p. 29, 30).

Cada vez mais se possibilita constatar que a presença da língua indígena na escola, importante conquista dos povos indígenas brasileiros, não deve ser vista de uma forma simplista, mas sim cuidadosa, porque se a nova política de educação escolar indígena pretende “próvilizar” (HORNBERGER, 2005) as línguas indígenas, dando-lhes novo estatuto social e político, não pode, ao fazer isso, promover o apagamento de sua diversidade. Como encarar esse desafio?

Para o Prof. Genésio, a solução para encarar esse desafio é a realização de uma convenção para se discutir a questão: ***Eu entendo que pra existir um padrão deve ter uma convenção dos Terena onde vai ser aprovado o que vai ser o padrão.*** Porém, se a solução parece ser social e linguisticamente viável, politicamente é difícil. Sabe-se que o caminho da convenção para solucionar problemas de variação linguística não é viável. Por saber que a questão é contenciosa, conclui: ***como não tem essa convenção, não temos ainda uma convenção pra...*** Fica claro, portanto, que

não existe ainda uma solução à vista em referência à convenção.

Ao discutir convenção para um padrão da língua inglesa, Haugen (2001, p. 109) informa que “escritores ingleses do século XVIII debateram se deveria ser criada uma academia inglesa para regular a língua”, mas como a idéia veio da França foi rejeitada porque “os ingleses não queriam reproduzir algo que consideravam como uma ‘tirania’ francesa”. Analogamente ao exposto, compreendemos que ocorre uma rejeição similar dos Terena à realização dessa convenção (já que há muitos anos se discute isso, mas não acontece) como se fosse uma resistência à “tirania” brasileira, ou seja, essa padronização não seria vista como uma necessidade da língua Terena, mas como uma exigência escolar da “sociedade brasileira”.

Para entender esse quadro sociolinguisticamente complexo, remeto, novamente, a discussão a César e Cavalcanti (2007, p. 51), com relação “aos conceitos de língua, calcados num paradigma estabilizado do ponto de vista político, mas também científico”. Tal situação pode ser observada em relação aos discursos de dois professores: Prof. Genésio, que argumenta o seu ponto de vista político e Prof. Maria de Lourdes, o “linguístico *stricto sensu*” (Ibid., p. 47).

As autoras citadas propõem realocar, a partir do espaço político, “a compreensão do conceito de língua, tentando redimensioná-lo no âmbito acadêmico”. A metáfora do

“caleidoscópio” é cunhada, então, por César e Cavalcanti (2007, p. 46), como forma de traduzir uma nova definição teórica do conceito de língua mais voltada para “as práticas etnográficas em contextos das minorias, na perspectiva, dentre outros, dos estudos pós-colonialistas”. Assim, a figura do caleidoscópio⁴:

Parece uma imagem feliz para deslocar as concepções de língua das concepções de nação e território estabilizadas politicamente e de níveis hierárquicos, num caso e num outro, totalidades que se mantêm como “grande narrativa” (grifos das autoras), justamente por conta

⁴“Nossa metáfora de caleidoscópio inclui o movimento da mão que move o objeto constantemente para posicioná-lo de acordo com a luz, para que se possa ver as imagens de forma nítida, mas sempre em mutação. Isso nos remete a um olhar sobre a língua (gem): não é possível entendê-la de modo “estático”, olhando apenas os pedaços e segmentos que constroem as formas descontextualizadas, fora do líquido que os movimentam/(dês) organizam, longe da mão que gira o caleidoscópio e da luz que atravessa e (de) compõe a imagem e modula o brilho, a cor e a sombra” (CÉSAR, CAVALCANTI, 2007, p. 45).

de um arcabouço teórico anacrônico. (CÉSAR, CAVALCANTI, 2007, p. 61).

As implicações dessas novas reflexões para a questão da variação linguística da língua Terena, associadas às novas conformações sociais pós-modernas e globalizadas, indicam-nos que é preciso rever “o que chamamos de variação dialetal”, entendendo-a como “multilinguismo” (CÉSAR, CAVALCANTI, 2007, p. 62). Esses posicionamentos, a meu ver, aliviam a pressão ideológica imposta sobre contextos de multiculturalismo e multilinguismo com relação à “necessária” eleição de uma variedade como padrão e a seu “necessário” domínio. Em tal contexto, deslocase o foco da questão da variedade linguística e da busca de um “padrão” e torna-se muito mais relevante “considerar as reais necessidades comunicativas do aprendiz para poder determinar em qual dialeto ele precisa desenvolver suas diferentes competências” (MAHER, 2007, p. 82).

Entre os Terena, há também uma pressão advinda de sua estratificação social e de seu percurso histórico, o que torna a questão bastante contenciosa entre duas aldeias citadas pelo Professor Genésio, no excerto 25: Bananal e Cachoeirinha. Conforme Haugen:

Escolher qualquer vernáculo como norma significa favorecer o grupo de pessoas que falam esta variedade. Isso lhes dá prestígio como portadoras da norma e uma dianteira na corrida pelo poder e pelos melhores cargos. Se já existir uma elite reconhecida com um vernáculo característico, sua norma quase inevitavelmente prevalecerá. Mas onde houver grupos de pessoas socialmente coordenados dentro da comunidade, em geral distribuídos regional ou tribalmente, a escolha de qualquer um encontrará resistência dos demais. Esta resistência provavelmente será mais forte quanto maior for a distância linguística dentro do grupo. Frequentemente, pode ser uma questão de solidariedade versus alienação: um grupo que sente intensa solidariedade está disposto a superar grandes diferenças linguísticas, enquanto um grupo que não a sente fica alienado por diferenças relativamente pequenas. Onde as transições são graduais, pode ser possível encontrar um dialeto central que medeie entre os extremos, aquele que será o mais fácil de aprender e o mais condutivo à coerência do grupo (HAUGEN, 2001, p. 112, 113).

Nesse sentido, pequenas diferenças linguísticas associadas a grandes divergências sócio-políticas situam os Terena em uma relação de alienação e não de solidariedade. Por essa razão, a atitude do Prof. Genésio ao fazer o texto primeiro em português por causa dos não falantes, significa seu desejo de que a diferença linguística não seja um fator de conflito, mas de união, de solidariedade, já que demonstra em suas reflexões uma grande preocupação com o “Projeto de Futuro do Povo Terena”.

Para compreender essa polaridade de ordem político-social entre as aldeias Bananal, da área indígena de Aquidauana, e Cachoeirinha, da área indígena de Miranda, é preciso buscar dados na História. O trabalho de descrição linguística foi, inicialmente, centralizado em um local chamado União⁵, na região de Miranda, para onde havia se deslocado parte da liderança da Aldeia Bananal por causa de um conflito entre lideranças (cf. OLIVEIRA, 1976 e informações colhidas). Nessa época, o SIL iniciou o trabalho de descrição linguística fixando-se em União e não no Bananal, onde se localizava a sede da Missão SAIM.

Para a liderança que permaneceu no Bananal, a perda do controle sobre o trabalho que visava à escrita da língua Terena, simbolicamente, significava prejuízo político, o que fez com que essa liderança passasse a dizer que somente a LI falada no Bananal era o Terena “puro” que repercuta até hoje. Centralizado o trabalho de descrição na chácara União, os falantes de Cachoeirinha contribuíram no trabalho de descrição linguística por ser a aldeia do Município de Miranda com mais falantes da LI. Por isso, o Prof. Genésio preocupou-se em alertar para o fato de que o texto do Tuiuiú ia passar por críticas: uma forma diplomática de se referir a esse conflito sociolinguístico de caráter político.

Braggio (2000, p. 35) também mostra que “a escolha de uma variedade para representar uma língua por escrito não o é exatamente por razões linguísticas, mas, sobretudo, políticas e

⁵ UNIÃO é o nome de uma chácara comprada pelo líder que saiu da aldeia do Bananal. Essa chácara fica na periferia de Miranda, próxima à aldeia Cachoeirinha. É importante salientar que o trabalho de evangelização protestante realizado entre os Terena pela MISSÃO ISAMU/SAIM e o trabalho de descrição linguística com objetivo de tradução da Bíblia feito pela SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA (SIL) foram autônomos, ou seja, enquanto a MISSÃO SAIM fixou sua sede em Taunay, distrito de Aquidauana, próximo às aldeias (Bananal, Ipegue, Lagoinha, Água Branca, Imbiruçu), o SIL fixou-se, inicialmente, na Chácara União em Miranda, o que dissocia o trabalho de evangelização do trabalho de tradução da Bíblia e tem implicações políticas para o conflito sociolinguístico aqui discutido.

socioculturais”. Ela apresenta a questão entre os Xerente como de conflito de gerações, afirmando que “há conflitos entre gerações sobre a “verdadeira língua” e qual a variedade virá a ser escrita” (Ibid., p. 35).

No caso dos Xerente, chegou-se às seguintes constatações:

[...] - há um conflito entre gerações que se desvela e se aprofunda quando da instauração da escrita, no que diz respeito às diferentes variedades da língua Xerente, se levarmos em conta que o Xerente está sendo utilizado, pouco, é verdade, para contar por escrito algumas histórias desse povo e poderá, a longo prazo, vir a preencher outras funções da escrita, ainda potenciais. Adotar uma das variedades, neste momento (grifos da autora), implica em legitimar uma ou outra geração, o que trará, de meu ponto de vista, consequências para as relações entre eles, acentuando o conflito já existente. (BRAGGIO, 2000, p. 34).

A formação de escritores indígenas e a questão da variação linguística na língua Terena

89

Essa é também a razão da não realização da convenção proposta pelo Prof. Genésio, principalmente, levando-se em conta a “diplomacia” Terena. Nesse contexto conflituoso, qual seria o fator extralinguístico eficiente no estabelecimento de uma variedade linguística aceita social e politicamente? Para a Prof^a Maria de Lourdes, esse papel cabe à escola. Sua afirmação veio como resposta à pergunta que lhe fiz sobre a existência de um dialeto popular e um dialeto mais formal dentro da LI; considerava-se o texto em questão escrito em Terena mais formal que popular. No excerto a seguir, ela fala da existência de um Terena *mais chique*:

Excerto 06

M. Lourdes: Acho que tem que ter mais cuidado um pouquinho porque a nossa linguagem é igual ao português, que tem palavras populares e o Terena também. **Tem coisa na hora de escrever que é mais CHIQUE, vamos dizer assim.**

Autor: E esse mais chique, ele existe também na fala de algumas pessoas?

M. Lourdes: Existe.

Autor: Então existiria esse mais chique na fala de algumas pessoas. E esse texto não estaria retratando esse mais chique, ou seja, escrever com elegância?

M. Lourdes: Isso. **Eu acho que quando se trata de questão de educação escolar tem que ser palavra chique.**

Entrevista, 05/11/05.

Mas diante da minha insistência em saber se *haveria um grupo social que dominaria mais esse mais chique*, ela respondeu: ***Então professora, eu acho que devia partir da escola, os próprios alunos deveriam começar a usar as palavras padronizadas.***

Mas ainda insisti: ***Mas quem fala essas palavras aí no dia a dia?***

No excerto a seguir, assumindo a identidade de acadêmicos, a Prof Maria de Lourdes mostra que os universitários ***sabem falar de maneira bem clara:***

Excerto 07

M. Lourdes: Ah, no dia a dia? [[pausa]] **Na minha visão, hoje, nós, os UNIVERSITÁRIOS, estamos conversando mais, é... claro no Terena,** para que a população entenda porque muitas pessoas na educação, quando tem reunião dos pais, a gente tem que ser bem claro para os pais entenderem o que nós queremos, quando a gente trata de questão da educação escolar indígena. Existe também uma linguagem que todo mundo usa lá, mas ia ficar um pensamento vago, vendo que não está bem claro. **Entre os Terena tem que estar bem claro.**

Entrevista, 05/11//05.

A formação de escritores indígenas e a questão da variação linguística na língua Terena

91

Portanto, a formação superior desses professores também influencia no estabelecimento de uma variedade linguística de prestígio a ser veiculada pela escola e agrega, também, um ponto de vista político e ideológico para a questão. Quando olhamos para a história, vemos uma diversidade de fatores que conferiram prestígio a determinadas variedades linguísticas.

Conforme Haugen (2001, p. 99), no caso da Grécia, por exemplo, “as diferenças entre os dialetos foram eliminadas em favor de uma única língua triunfante, baseada no dialeto do centro cultural e administrativo dos gregos”. Bagno (2007) afirma que a variedade de francês da região de Paris se transformou na língua francesa, a língua falada pelos reis de Castela se transformou na “língua espanhola”, o castelhano, e “a variedade de português da região central de Portugal (entre Coimbra, primeira capital do reino, e Lisboa, capital desde 1385) é que vai se transformar na norma do português” (Ibid., p. 89).

Sichra (2003) apresenta uma discussão sobre o surgimento de um idioma quéchua oficial onde mostra como uma variedade da cidade de Cuzco passou a ser considerada “standard”. Ela afirma que “a intensa campanha para a expansão do cuzqueño levou a supor-se mais tarde que o quéchua teve sua origem em Cuzco” (Ibid., p. 101). Para a autora, esse fato teve como consequência a depreciação dos dialetos quéchua do Peru central,

por serem considerados como um quéchua defeituoso (Ibid.).

No caso dos Terena, fatores extralinguísticos de caráter histórico, político, cultural, social e identitário compõem um quadro complexo para a constituição de uma norma padrão, uma língua nacional, a ser veiculada pela escola, principalmente, tendo em vista a disputa entre Bananal e Cachoeirinha. Por essa razão, é viável entender esse contexto a partir da proposta de multilinguismo (CÉSAR, CAVALCANTI, 2007, p. 62). É o que já está fazendo a Prof Maria de Lourdes quando se preocupa com a questão em nível local, ao defender que, para a Escola da Aldeia Cachoeirinha, o uso do dialeto dos universitários é o ideal, apesar de que tal fato aponta para uma complexa questão de poder nas relações sociais entre “acadêmicos” e os outros. Nesse sentido, Maher (2007, p. 82) afirma que “no interior de qualquer comunidade de fala, independente de qual seja a variedade em questão, há exigências quanto às competências no uso da linguagem, competências essas que cabe a escola ajudar o aluno a desenvolver”.

Encerrando...

A questão das variedades dialetais, de ordem social, geográfica e política, inibe a produção de textos por se temer uma sanção social que exponha a “ignorância” do falante sobre uma suposta “língua padrão”. Nessa questão, conforme Mori, é preciso diferenciar o conceito de “padrão” como “valor social” e o de “padrão” como necessário para a normalização. Ao propor uma escrita panletal para as línguas indígenas, Mori (1993) afirma que isso “não significa proibir ou abolir os dialetos locais, mas incentivar uma forma comum de escrita que resulte positiva para a vida política, cultural e econômica das nações indígenas” (MORI, 1993, p. 260). Essas questões que contrapõem “normalização” e “homogeneização” linguísticas devem ser objeto de reflexão dos professores indígenas, dada a complexidade da questão como visto nos dados aqui apresentados.

Como discute Smith (1999), pesquisadora Maori, nesses contextos, a agenda de temas indígenas deve ser discutida “de dentro”.

LA FORMACIÓN DE ESCRITORES INDÍGENAS Y LA CUESTIÓN DE LA VARIACIÓN LINGÜÍSTICA EN LA LENGUA TERENA

A formação de escritores indígenas e a questão da variação linguística na língua Terena

93

Resumen: Este texto tiene como objetivo discutir cuestiones de variación lingüística en la lengua Terena desde un texto producido por profesores indígenas de las aldeas “Passarinho” y “Cachoeirinha”, pertenecientes al municipio de Miranda, Mato Grosso do Sul, en el Pantanal sul-mato-grossense. Se trata de un texto producido durante un taller de producción textual en lengua Terena, realizado en octubre de 2005. Entre otras cuestiones que se plantearon durante la elaboración y discusión del texto Kóho Yoko Hovôvo (El Tuiuiu y el Sapo), se destaca en este texto la discusión entre los profesores, autores del texto, sobre la viabilidad de su uso en la escuela. Los resultados mostraron que la cuestión de la variación lingüística presente en las distintas áreas Terena se constituye en un área de tensión por la ausencia de una lengua padronizada.

Palabras-clave: Lengua Terena. Variación. Profesor indígena. Producción de texto.

Referências

BAGNO, M. (Org.). *Nada na Língua é por Acaso. Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BERENBLUM, A. *A invenção da palavra oficial: identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRAGGIO, S. L. B. *A instauração da escrita entre os Xerente*.

conflitos e resistências. *Revista Museu Antropológico*, Goiânia, v. 3/4, n. 1, p. 19-41, jan./dez., 2000.

CAVALCANTI, C. M. Um Evento de Letramento como Cenário de Construção de Identidades Sociais. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. (Org.). *Cenas de Sala de Aula*. Campinas, SP: Mercado de Letra, 2001. p. 105-124.

CÉSAR, A. L.; CAVALCANTI, M.C. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: CAVALCANTI, M.C., BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.). *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007. p. 45- 66.

DECROSSE, A. Um mito histórico, a língua materna. In: Vermes, G. e Boutet, J. (Org.). *Multilingüismo*. Tradução Celene M. Cruz et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1989. p. 19-29.

FISHMAN, J. Maintaning Languages: What Works? What doesn't?. In: CANTONI, G. (Org.). *Stabilizing Indigenous Languages*. Arizona: Northern Arizona University, 1996. Disponível em: <<http://www.ncla.gwu.edu/pubs/stabilize/conclusion.htm>>. Acesso em: 27 out. 2007.

HAUGEN, E. Dialeto, língua e nação In: BAGNO, M. (Org.). *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001. p. 97 - 114.

HORNBERGER, N. H. (Ed.). *Continua of Biliteracy: An Ecological Framework for Educational Policy, Research and Practice in Multilingual Settings*. Clevedon, UK: Multilingual Matters, 2003.

_____. Voz y Bilingüedad en la Revitalización de Lenguas Indígenas: Prácticas Contenciosas en Contextos Quechua, Guarani y Maori. *QINASAY Revista e Educación Intercultural Bilingüe*. Cochabamba, Bolívia: PROEIB Andes/GTZ, n. 3. p. 119-136, 2005.

LADEIRA, M. E. M. *Língua e História: análise sociolinguística em um Grupo Terena*. 179p. Tese de Doutorado em Linguística, área de concentração em Sociolinguística e Dialetoлогия Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo. 2001.

MAHER, T. M. Cartografias Sociolinguísticas no Acre Indígena - Política Lingüística e Formação de Professores-Pesquisadores. Projeto de Pesquisa, DLA/IEL/UNICAMP, 2006. (mimeo).

_____. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.) *Transculturalidade, Linguagem e Educação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 67-94.

MONSERRAT, R. Política e planejamento linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas modernas. In: VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés (Org.) *Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001. p. 127-159.

_____. Política e Planejamento Linguístico nas Sociedades Indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: SECAD/MEC, 2006.

MORI, A. C. Aspectos (Sócio) - Lingüísticos dos Sistemas Ortográficos das Línguas Amazônicas no Peru. In: SEKI, L. (Org.). *Lingüística Indígena e Educação na América Latina*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. p. 217-230.

_____. Conteúdos Lingüísticos e Políticos na Definição de Ortografias das Línguas Indígenas. In: D'ANGELS, W.; VEIGA, J. (Org.). *Leitura e Es-*

crita em Escolas Indígenas (Encontros de Educação Indígena) COLE nº 10 - 1995. Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1997. p. 23-33.

_____. A Língua Indígena na Escola Indígena: quando, para que e como?. In: VEIGA, J.; SALANOVA, A. (Org.). *Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001. p. 160-171.

Onilda Sanches
Nincao

96

NINCAO, Onilda Sanches. *Kóho yoko Hovôvo/O Tuiuiu e o Sapo: identidade, biletamento e política lingüística na formação continuada de professores Terena*. Doutorado em Lingüística Aplicada (Conceito CAPES 6). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil, 2008.

NINCAO, Onilda Sanches. *Representações de professores indígenas sobre ensino da língua Terena na escola*. Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2003.

OLIVEIRA, R. C. O. *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RAJAGOPALAN, K. O Conceito de Identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Língua(gem) e Identidade. Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAEP -Unicamp, 1998. p. 21-46.

SICHRA, I. *La vitalidad del quéchua. Lengua y sociedad en dos províncias de Cochabamba*. La Paz. Bolívia: PROEIB-Andes/Plural Editores, 2003.

SMITH, L. T. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. London: Zed Books e University of Otago Press (Nova Zelândia), 1999.